

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Emenda Constitucional n. 111, de 28 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 29 set. 2021	Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos.
Emenda Constitucional n. 110, de 12 de julho de 2021 Publicada no D.O.U. de 13 jul. 2021	Acrescenta o art. 18-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994.

1.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n. 184, de 29 de setembro de 2021 Publicada no D.O.U. de 30 set. 2021	Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para excluir da incidência de inelegibilidade responsáveis que tenham tido contas julgadas irregulares sem imputação de débito e com condenação exclusiva ao pagamento de multa.
Lei Complementar n. 183, de 22 de setembro de 2021 Publicada no D.O.U. de 23 set. 2021	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.

1.3 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 14.210, de 30 de setembro de 2021 Publicada no D.O.U. de 1º out. 2021	Acrescenta o Capítulo XI-A à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 [que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal], para dispor sobre a decisão coordenada no âmbito da administração pública federal.
Lei n. 14.209, de 30 de setembro de 2021 Publicada no D.O.U. de 30 set. 2021 - Edição extra	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 2.993.097.348,00, para os fins que especifica.
Lei n. 14.208, de 28 de setembro de 2021 Publicada no D.O.U. de 29 set. 2021	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos políticos.
Lei n. 14.203, de 10 de setembro de 2021 Publicada no D.O.U. de 13 set. 2021	Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para tornar obrigatória a atualização do cadastro dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

<p>Lei n. 14.200, de 2 de setembro de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 3 set. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de Propriedade Industrial), para dispor sobre a licença compulsória de patentes ou de pedidos de patente nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional ou de interesse público, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional.</p>
<p>Lei n. 14.199, de 2 de setembro de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 3 set. 2021</p>	<p>Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.198, de 2 de setembro de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 3 set. 2021</p>	<p>Dispõe sobre videochamadas entre pacientes internados em serviços de saúde impossibilitados de receber visitas e seus familiares.</p>
<p>Lei n. 14.197, de 1º de setembro de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 2 set. 2021</p>	<p>Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional), e dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).</p>
<p>Lei n. 14.195, de 26 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 27 ago. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a facilitação para abertura de empresas, sobre a proteção de acionistas minoritários, sobre a facilitação do comércio exterior, sobre o Sistema Integrado de Recuperação de Ativos (Sira), sobre as cobranças realizadas pelos conselhos profissionais, sobre a profissão de tradutor e intérprete público, sobre a obtenção de eletricidade, sobre a desburocratização societária e de atos processuais e a prescrição intercorrente na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); altera as Leis nºs 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 7.913, de 7 de dezembro de 1989, 12.546, de 14 de dezembro 2011, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.514, de 28 de outubro de 2011, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938; e revoga as Leis nºs 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.807, de 28 de junho de 1956, 2.815, de 6 de julho de 1956, 3.187, de 28 de junho de 1957, 3.227, de 27 de julho de 1957, 4.557, de 10 de dezembro de 1964, 7.409, de 25 de novembro de 1985, e 7.690, de 15 de dezembro de 1988, os Decretos nºs 13.609, de 21 de outubro de 1943, 20.256, de 20 de dezembro de 1945, e 84.248, de 28 de novembro de 1979, e os Decretos-Lei nºs 1.416, de 25 de agosto de 1975, e 1.427, de 2 de dezembro de 1975, e dispositivos das Leis nºs 2.410, de 29 de janeiro de 1955, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 3.053, de 22 de dezembro de 1956, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.137, de 7 de novembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.279, de 14 de maio de 1996, e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dos Decretos-Lei nºs 491, de 5 de março de 1969, 666, de 2 de julho de 1969, e 687, de 18 de julho de 1969; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 23 ago. 2021</p>	<p>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.193, de 6 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 9 ago. 2021</p>	<p>Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).</p>

<p>Lei n. 14.192, de 4 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 5 ago. 2021</p>	<p>Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais.</p>
<p>Lei n. 14.191, de 3 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 4 ago. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.</p>
<p>Lei n. 14.190, de 29 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 30 jul. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, para determinar a inclusão como grupo prioritário no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidade ou privados de liberdade.</p>
<p>Lei n. 14.189, de 28 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 jul. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020, para prorrogar a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de qualquer natureza no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) .</p>
<p>Lei n. 14.188, de 28 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 jul. 2021</p>	<p>Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher .</p>
<p>Lei n. 14.187, de 15 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 16 jul. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de insumos farmacêuticos ativos (IFA) e vacinas contra a covid-19 no Brasil.</p>
<p>Lei n. 14.186, de 15 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 16 jul. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura.</p>
<p>Lei n. 14.185, de 14 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 15 jul. 2021</p>	<p>Dispõe sobre o acolhimento pelo Banco Central do Brasil de depósitos voluntários à vista ou a prazo das instituições financeiras; e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.</p>
<p>Lei n. 14.184, de 14 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 15 jul. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, para fins de modernização do marco legal das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).</p>
<p>Lei n. 14.183, de 14 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.O.U. de 15 jul. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para modificar a concessão da isenção relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados incidente na aquisição de automóveis por pessoa com deficiência, as Leis n os 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 9.613, de 3 de março de 1998, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; e revoga a tributação especial relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas.</p>

Lei n. 14.182, de 12 de julho de 2021 Publicada no D.O.U. de 13 jul. 2021	Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis n.ºs 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961.
Lei n. 14.181, de 1º de julho de 2021 Publicada no D.O.U. de 2 jul. 2021	Altera a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.
Lei n. 14.180, de 1º de julho de 2021 Publicada no D.O.U. de 2 jul. 2021	Institui a Política de Inovação Educação Conectada.

1.4 DECRETOS

Decreto n. 10.822, de 28 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 29 set. 2021	Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.
Decreto n. 10.821, de 28 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 29 set. 2021	Revoga o inciso I do § 2º do art. 18 do Anexo I ao Decreto n.º 10.610, de 27 de janeiro de 2021, que aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público.
Decreto n. 10.819, de 27 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 28 set. 2021	Regulamenta o disposto na Lei Complementar n.º 178, de 13 de janeiro de 2021, e no art. 2º da Lei n.º 9.496, de 11 de setembro de 1997.
Decreto n. 10.818, de 27 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 28 set. 2021	Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
Decreto n. 10.815, de 27 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 28 set. 2021	Altera o Decreto n.º 9.937, de 24 de julho de 2019, que institui o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas e o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas.
Decreto n. 10.802, de 17 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 20 set. 2021	Regulamenta o reconhecimento e a regularização de obrigações por parte da União.
Decreto n. 10.799, de 17 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 17 set. 2021 - Edição extra	Altera o Decreto n.º 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.
Decreto n. 10.798, de 17 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 17 set. 2021 - Edição extra	Regulamenta o art. 23 da Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, para dispor sobre as condições para a prorrogação do período de suprimento dos contratos de compra e venda de energia do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

<p>Decreto n. 10.797, de 16 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 17 set. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.</p>
<p>Decreto n. 10.795, de 13 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 14 set. 2021</p>	<p>Institui o Programa de Integridade da Presidência da República.</p>
<p>Decreto n. 10.793, de 13 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 14 set. 2021</p>	<p>Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro, e altera o Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020, que aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social.</p>
<p>Decreto n. 10.792, de 13 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 14 set. 2021</p>	<p>Regulamenta o art. 68-D da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para dispor sobre a comercialização de combustíveis por revendedor varejista.</p>
<p>Decreto n. 10.789, de 8 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 9 set. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a atribuição e a delegação competências ao Presidente do Banco Central do Brasil e altera o Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, o Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, o Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, o Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, o Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000, o Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, o Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, e o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.</p>
<p>Decreto n. 10.787, de 6 de setembro de 2021 Publicado no D.O.U. de 8 set. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 5.879, de 22 de agosto de 2006, e o Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, para dispor sobre a destinação e a utilização dos recursos destinados a custear estudos e pesquisas para o planejamento da expansão do sistema energético.</p>
<p>Decreto n. 10.782, de 30 de agosto de 2021 Publicado no D.O.U. de 31 ago. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.</p>
<p>Decreto n. 10.780, de 25 de agosto de 2021 Publicado no D.O.U. de 26 ago. 2021</p>	<p>Institui o Sistema Nacional de Garantias de Crédito, nos termos do disposto no art. 60-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</p>
<p>Decreto n. 10.779, de 25 de agosto de 2021 Publicado no D.O.U. de 25 ago. 2021 - Edição extra</p>	<p>Estabelece medidas para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal.</p>
<p>Decreto n. 10.778, de 24 de agosto de 2021 Publicado no D.O.U. de 25 ago. 2021</p>	<p>Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública.</p>
<p>Decreto n. 10.777, de 24 de agosto de 2021 Publicado no D.O.U. de 25 ago. 2021</p>	<p>Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública.</p>
<p>Decreto n. 10.776, de 24 de agosto de 2021 Publicado no D.O.U. de 25 ago. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.</p>

<p>Decreto n. 10.775, de 23 de agosto de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 24 ago. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, que aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, o Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, que aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e o Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020, que altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.</p>
<p>Decreto n. 10.768, de 13 de agosto de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 16 ago. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.</p>
<p>Decreto n. 10.764, de 9 de agosto 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 10 ago. 2021</p>	<p>Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</p>
<p>Decreto n. 10.756, de 27 de julho de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 28 jul. 2021</p>	<p>Institui o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal.</p>
<p>Decreto n. 10.755, de 26 de julho de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 27 jul. 2021</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, altera o Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, e dá outras providências.</p>
<p>Decreto n. 10.752, de 23 de julho de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 26 jul. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.407, de 29 de junho de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.</p>
<p>Decreto n. 10.751, de 22 de julho de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 23 jul. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, para dispor sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19.</p>
<p>Decreto n. 10.750, de 19 de julho de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 20 jul. 2021</p>	<p>Regulamenta o procedimento de revisão da reforma por incapacidade definitiva para o serviço ativo ou por invalidez de militares inativos, de carreira ou temporários, das Forças Armadas.</p>
<p>Decreto n. 10.750, de 19 de julho de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 20 jul. 2021</p>	<p>Regulamenta o procedimento de revisão da reforma por incapacidade definitiva para o serviço ativo ou por invalidez de militares inativos, de carreira ou temporários, das Forças Armadas.</p>
<p>Decreto n. 10.748, de 16 de julho de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 19 jul. 2021</p>	<p>Institui a Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos.</p>
<p>Decreto n. 10.746, de 9 de julho de 2021</p> <p>Publicado no D.O.U. de 12 jul. 2021</p>	<p>Institui a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Materiais Avançados e o Comitê Gestor de Materiais Avançados.</p>

Decreto n. 10.742, de 5 de julho de 2021 Publicado no D.O.U. de 6 jul. 2021	Regulamenta a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.
Decreto n. 10.740, de 5 de julho de 2021 Publicado no D.O.U. de 6 jul. 2021	Prorroga o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.
Decreto n. 10.739, de 1º de julho de 2021 Publicado no D.O.U. de 2 jul. 2021	Regulamenta o art. 9º da Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para dispor sobre o Fundo Garantidor de Operações para pessoas jurídicas beneficiárias do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, de que trata a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021.
Decreto n. 10.737, de 1º de julho de 2021 Publicado no D.O.U. de 2 jul. 2021	Altera o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, quanto ao encaminhamento de propostas de atos normativos que envolvam o Banco Central do Brasil.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Emenda Constitucional n. 49, de 13 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 14 jul. 2021	Altera o art. 146 da Constituição Estadual do Paraná.
--	---

2.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n. 237, de 9 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 9 jul. 2021	Institui as Microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Oeste, do Centro-leste e do Centro-litoral e suas respectivas estruturas de governança.
Lei Complementar n. 236, de 28 de junho de 2021 Publicada no D.O.E. de 2 jul. 2021	Altera a redação dos §§ 4º e 5º do art. 28 da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

2.3 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 20.732, de 29 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 30 set. 2021	Autoriza o Poder Executivo a prestar contra garantia à União relativamente a garantia concedida por esta em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE junto ao New Development Bank - NDB - e dá outras providências.
Lei n. 20.716, de 24 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 24 set. 2021	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento parcial do Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná.
Lei n. 20.713, de 23 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 24 set. 2021	Dispõe sobre a concessão e manutenção de aposentadoria aos serventuários da justiça e aos titulares de serviços notariais e registrais do Paraná, não remunerados pelos cofres públicos e das outras providências outras providências.

Lei n. 20.712, de 23 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 24 set. 2021	Approva a construção dos empreendimentos hidrelétricos e de geração de energia que especifica.
Lei n. 20.691, de 15 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 15 set. 2021	Dispõe sobre a destinação das doses remanescentes das vacinas contra a Covid-19 no Estado do Paraná.
Lei n. 20.689, de 13 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 13 set. 2021	Altera a Lei nº 20.334, de 30 de setembro de 2020, que dispõe sobre a utilização dos recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, por meio do Fundo Estadual de Cultura do Estado do Paraná, conforme a Lei Federal nº 14.150, de 12 de maio de 2021.
Lei n. 20.688, de 10 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 10 set. 2021	Veda a retenção e descontos no pagamento de prêmios e de recursos emergenciais, ao setor cultural, previsto na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e a exigência de certidão negativa de dívida com entes federativos, para acesso aos recursos, na forma que menciona.
Lei n. 20.687, de 10 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 10 set. 2021	Dispõe sobre o cancelamento ou a suspensão de plano de telefonia, na vigência de contrato de permanência mínima, nos casos de furto ou roubo do aparelho ou chip celular, e dá outras providências.
Lei n. 20.686, de 3 de setembro de 2021 Publicada no D.O.E. de 3 set. 2021	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a fim de financiar, parcialmente, a execução do Projeto de Modernização da Controladoria Geral do Estado, e dá outras providências.
Lei n. 20.685, de 27 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 31 ago. 2021	Dispõe sobre o videomonitoramento de obras públicas custeadas direta ou indiretamente, total ou parcialmente, com recursos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná e dá outras providências
Lei n. 20.676, de 27 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 27 ago. 2021	Dispõe sobre a divulgação do valor do Imposto Sobre Serviços repassado aos municípios através do Programa de Concessões de Rodovias do Estado do Paraná.
Lei n. 20.672, de 27 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 27 ago. 2021	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos órgãos responsáveis pelas represas de captação de água utilizada pela população, a plantar mudas nativas no entorno de todo o reservatório com o objetivo de melhorar a capacidade de retenção e qualidade da água captada pela Sanepar.
Lei n. 20.671, de 27 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 27 ago. 2021	Altera o caput do art. 1º da Lei nº 8.627, de 9 de dezembro de 1987, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos diagnósticos que especifica, nas crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares mantidas pelo Estado do Paraná.
Lei n. 20.670, de 27 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 27 ago. 2021	Altera dispositivos da Lei nº 20.084, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa Cartão Futuro no Estado do Paraná e dá outras providências.
Lei n. 20.668, de 19 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 19 ago. 2021	Autoriza o Estado do Paraná a delegar à União, a administração e a exploração de rodovias estaduais.

Lei n. 20.658, de 3 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 3 ago. 2021	Dispõe sobre o programa de incentivo à utilização da Musicoterapia como Tratamento Terapêutico Complementar de Pessoas com Deficiência, Síndromes e/ou Transtorno do Espectro Autista
Lei n. 20.657, de 3 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 3 ago. 2021	Prorroga até 31 de julho de 2021 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas entre a Secretaria de Saúde do Paraná e os prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná.
Lei n. 20.656, de 3 de agosto de 2021 Publicada no D.O.E. de 3 ago. 2021	Estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná.
Lei n. 20.650, de 28 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 28 jul. 2021	Estabelece as diretrizes a serem observadas pelos novos contratos de concessão relativos à malha ferroviária, localizada no Território do Estado do Paraná.
Lei n. 20.649, de 27 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 27 jul. 2021	Dispõe sobre as penalidades para quem burlar a prioridade de vacinação estabelecida pelo Poder Público.
Lei n. 20.648, de 20 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 20 jul. 2021	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2022.
Lei n. 20.647, de 15 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 15 jul. 2021	Cria Funções de Gestão Pública no âmbito do Poder Executivo e adota outras providências.
Lei n. 20.641, de 12 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 12 jul. 2021	Dispõe sobre a isenção da contribuição para o Sistema de Proteção Social, já concedida em 4 de dezembro de 2019, para militares estaduais reformados e pensionistas com moléstias graves.
Lei n. 20.635, de 6 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 6 jul. 2021	Altera dispositivos das Leis nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012, e nº 18.469, de 30 de abril de 2015, para revisão e reestruturação do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social e adequações ao Sistema de Proteção Social e dá outras providências.
Lei n. 20.634, de 6 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 6 jul. 2021	Institui o Programa Retoma Paraná viabilizando aos contribuintes em recuperação judicial ou extrajudicial ou em regime falimentar, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, condições mais benéficas para saldar seus débitos, por força da crise econômica ocorrida pela pandemia da Covid-19
Lei n. 20.633, de 6 de julho de 2021 Publicada no D.O.E. de 6 jul. 2021	Autoriza o Poder Executivo a dar quitação recíproca de créditos e débitos entre o Governo do Estado do Paraná e o Fundo de Desenvolvimento Econômico e autoriza o Poder Executivo a converter créditos de sua titularidade.

2.4 DECRETOS

Decreto n. 8923, de 30 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 30 set. 2021	Promove alterações no Decreto nº 8.705, de 14 de setembro de 2021, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.
---	---

Decreto n. 8.847, de 27 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 27 set. 2021	Disciplina os procedimentos a serem observados para a dação em pagamento em bens imóveis e a adjudicação de bens penhorados no curso de processo judicial como formas de extinção do crédito tributário.
Decreto n. 8.842, de 27 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 27 set. 2021	Transfere Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná – FUNEAS a competência de gerenciamento do Sistema de Registro de Preços para contratações visando fornecimento de medicamentos, insumos farmacológicos e serviços para a realização das atividades das unidades hospitalares regionais.
Decreto n. 8.840, de 27 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 27 set. 2021	Promove alterações no Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira, para o fim de simplificar o processo de pagamento de GRTR e GEPP e dá outras providências.
Decreto n. 8.833, de 27 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 27 set. 2021	Revoga o Decreto nº 4.385, de 2020, que dispõe sobre medidas orçamentárias e financeiras para prevenção e combate à COVID-19.
Decreto n. 8.796, de 23 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 23 set. 2021	Regulamenta a Lei nº 20.537, de 20 de abril de 2021, que dispõe sobre as relações entre as Instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná - IEES, Hospitais Universitários – HUs e Instituições Científicas e Tecnológicas públicas – ICTs com as fundações de apoio.
Decreto n. 8.795, de 23 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 23 set. 2021	Regulamenta a Lei nº 20.334 de 30 de setembro de 2020, que dispõe sobre a utilização dos recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017 de 29 de junho de 2020, por meio do Fundo Estadual de Cultura do Estado do Paraná, conforme a Lei Federal nº 14.150 de 12 de maio de 2021.
Decreto n. 8.778, de 21 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 21 set. 2021	Revoga o art. 5º do Decreto nº 8.705, de 14 de setembro de 2021 [que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19].
Decreto n. 8.771, de 21 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 21 set. 2021	Promove alterações no Decreto nº 8.705, de 14 de setembro de 2021, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.
Decreto n. 8.768, de 20 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 20 set. 2021	Altera o Decreto nº 7.300, de 13 de abril de 2021 [que estabelece regras e diretrizes para elaboração e encaminhamento de propostas de decretos e de anteprojeto de lei ao Chefe do Poder Executivo pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual], e estabelece procedimentos para declaração de utilidade pública para fins de desapropriação e outras formas de intervenção do Estado na propriedade privada.
Decreto n. 8.705, de 14 de setembro de 2021 Publicado no D.O.E. de 14 set. 2021	Estabelece novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.
Decreto n. 8.568, de 31 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 31 ago. 2021	Altera o art. 10 do Decreto nº 8.178, de 30 de julho de 2021 [que estabelece novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19].
Decreto n. 8.477, de 30 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 30 ago. 2021	Regulamenta o art. 10 da Lei nº 20.321, de 9 de setembro de 2020, que estabelece medidas a serem adotadas no âmbito do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros da Região Metropolitana de Curitiba para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (Covid-19).

Decreto n. 8.475, de 30 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 30 ago. 2021	Institui o Programa Esporte na Cidade e o Programa Escola do Esporte.
Decreto n. 8.473, de 30 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 30 ago. 2021	Cria, na estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Estado, a Câmara Administrativa de Solução de Conflitos da Procuradoria-Geral do Estado e acresce dispositivos ao Anexo do Decreto nº 2.709, de 26 de junho de 2019.
Decreto n. 8.472, de 30 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 30 ago. 2021	Regulamenta a prática do Teste do Bracinho nas consultas pediátricas em crianças a partir de três anos de idade, atendidas pela rede pública de saúde no âmbito do Estado do Paraná.
Decreto n. 8.405, de 24 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 13 ago. 2021	Revoga o art. 6º do Decreto nº 7.973, de 28 de junho de 2021 [que institui e regulamenta o Plano Paraná Mais Cidades II – PPMC II].
Decreto n. 8.346, de 13 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 13 ago. 2021	Altera o art. 10 do Decreto nº 8.178, de 30 de julho de 2021 [que estabelece novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19].
Decreto n. 8.299, de 5 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 5 ago. 2021	Declara situação de emergência no Estado do Paraná, pelo período de 90 (noventa) dias, tendo em vista a redução do volume de água disponível para captação para o consumo humano e dessedentação de animais, que teve como causa estiagem classificada como desastre, conforme Instrução Normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional.
Decreto n. 8.238, de 4 de agosto de 2021 Publicado no D.O.E. de 4 ago. 2021	Revoga o art. 2º e respectivo parágrafo único, do Decreto nº 4.385, de 27 de março de 2020 [que dispõe sobre medidas orçamentárias e financeiras para prevenção e combate à COVID-19].
Decreto n. 8.182, de 30 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 30 jul. 2021	Revoga o Decreto nº 3.926, de 17 de outubro de 1988 [que dispõe sobre o regulamento de serviços prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR].
Decreto n. 8.178, de 30 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 30 jul. 2021	Estabelece novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.
Decreto n. 8.175, de 29 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 29 jul. 2021	Revoga o Decreto nº 7.629, de 12 de maio de 2021 [que regulamenta o credenciamento de entidades privadas para prestação de serviços de saúde de forma complementar no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS e dá outras providências].
Decreto n. 8.116, de 13 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 13 jul. 2021	Regulamenta a Lei Federal nº 13.431 de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência
Decreto n. 8.115, de 13 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 13 jul. 2021	Altera o Decreto nº 1.358, de 14 de maio de 2015, que regulamenta o Fundo Rotativo da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF.

Decreto n. 8.070, de 6 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 6 jul. 2021	Altera o Decreto nº 5.975, de 22 de julho de 2002, para autorizar a descentralização do orçamento programado nos casos de ações, projetos, programas ou atividades que demandem contratação de mão de obra terceirizada para sua execução.
Decreto n. 8.068, de 6 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 6 jul. 2021	Promove alterações no Decreto de nº 2.038, de 20 de julho de 2011, que institui o Comitê Estadual do Transporte Escolar.
Decreto n. 8.054, de 5 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 5 jul. 2021	Acrescenta o parágrafo único ao artigo 11 do Decreto nº 4.189, de 27 de maio de 2016, que define competências e procedimentos para a realização de despesas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná e dá outras providências.
Decreto n. 8.049, de 2 de julho de 2021 Publicado no D.O.E. de 2 jul. 2021	Promove alterações no Decreto nº 7.020, de 5 de março de 2021, alterando a redação do inciso VII do art. 7º.

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÕES

Resolução n. 87, de 7 de julho de 2021. Publicada no D.E.T.C. de 12 jul. 2021	Regulamenta o art. 184 da Lei Estadual nº 19.573, de 2 de julho de 2018, que trata do regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências.
--	---

3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa n. 164, de 23 de setembro de 2021 Publicada no D.E.T.C. de 29 set. 2021	Dispõe sobre a forma e as condições para emissão das certidões para instrução de pleitos de operações de crédito dos Poderes Executivo Estadual e de Municípios do Paraná, nos termos dos arts. 289, §§ 1º e 2º, e 521, parágrafo único, do Regimento Interno, e revoga a Instrução Normativa nº 74, de 25 de outubro de 2012.
Instrução Normativa n. 163, de 22 de setembro de 2021 Publicada no D.E.T.C. de 28 set. 2021	Altera a Instrução Normativa nº 161, de 19 de fevereiro de 2021, que trata da Prestação de Contas de Extinção de Entidades.

3.3 INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

Instrução de Serviço n. 149, de 30 de setembro de 2021 Publicada no D.E.T.C. de 1º out. 2021	Estabelece o fluxo e os modelos de Plano de Trabalho e Termo de Ciência e Responsabilidade, conforme prevê o art. 22 da Resolução nº 87, de 7 de julho de 2021.
Instrução de Serviço n. 148, de 24 de setembro de 2021 Publicada no D.E.T.C. de 28 set. 2021	Dispõe sobre a organização e fluxo de trabalho do serviço de criação e de manutenção do Catálogo de Informações Necessárias à Fiscalização.
Instrução de Serviço n. 147, de 2 de setembro de 2021 Publicada no D.E.T.C. de 9 set. 2021	Dispõe sobre alterações da Instrução de Serviço nº 115, de 26 de outubro de 2017.

<p>Instrução de Serviço n. 146, de 26 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 30 ago. 2021.</p>	<p>Dispõe sobre alterações da Instrução Normativa nº 82, de 20 de dezembro de 2012, e da Instrução de Serviço nº 115, de 26 de outubro de 2017.</p>
<p>Instrução de Serviço n. 145, de 20 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 25 ago. 2021.</p>	<p>Altera a Instrução de Serviço nº 86, de 16 de outubro de 2014.</p>

3.4 PORTARIAS SELECIONADAS

<p>Portaria n. 872, de 30 de setembro de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 1º out. 2021</p>	<p>Dispõe sobre o retorno gradual das atividades presenciais no âmbito do Tribunal de Contas.</p>
<p>Portaria n. 836, de 13 de setembro de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 15 set. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p>
<p>Portaria n. 815, de 27 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 31 ago. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p>
<p>Portaria n. 768, de 5 de agosto de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 6 ago. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p>
<p>Portaria n. 738, de 28 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 30 jul. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p>
<p>Portaria n. 690, de 15 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 19 jul. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p>
<p>Portaria n. 673, de 8 de julho de 2021</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 9 jul. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.</p>